

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.235 - PR (2019/0248399-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**AGRAVADO : DIEGO TAFFAREL MARTINS DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : LEONARDO LINDROTH DE PAIVA - DEFENSOR DATIVO -  
PR066073**  
**AGRAVADO : NATANAEL PRESTES MACIEL**  
**ADVOGADO : LUIZ CARLOS PASQUAL - PR013180**

**EMENTA**

PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. RECURSO MINISTERIAL. ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DE DANOS. PEDIDO EXPRESSO DA DENÚNCIA. OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO. OCORRÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANO SOFRIDO PELA VÍTIMA. PARECER DO MPF FAVORÁVEL. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** contra decisão que inadmitiu o recurso especial em razão da incidência da **Súmula 83/STJ** (fls. 818/823).

Consta dos autos que os agravados foram condenados, como incurso nas sanções do artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, às penas de, **DIEGO TAFFAREL MARTINS DE OLIVEIRA, 01 (um) ano, 03 (três) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão**, remanescendo após a detração da pena 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão, em regime inicial **aberto**, além do pagamento de 06 (seis) dias-multa, a pena corporal foi substituída por restritivas de direitos e de, **NATANAEL PRESTES MACIEL, 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão**, remanescendo após a detração da pena 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias de reclusão, em regime inicial **semiaberto**, e pagamento de 08 (oito) dias-multa. Além disso, o valor foi arbitrado para reparação de danos, com fundamento no artigo 387, inciso IV, do Código Penal, de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), em favor da vítima. (fl. 697).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo**, por maioria, deu parcial

provimento provimento aos apelos defensivos, nos termos do voto do relator, para afastar a determinação de reparação dos danos. Eis a ementa do Julgado (fls. 694/695):

**"APELAÇÕES CRIMINAIS. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. SENTENÇA PROCEDENTE. RECURSOS DOS RÉUS.**

**1. RECURSO DE DIEGO TAFFAREL MARTINS DE OLIVEIRA. PLEITO DE ISENÇÃO DA PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. SANÇÃO DE APLICAÇÃO COGENTE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE. PEDIDO DE EXCLUSÃO DO VALOR MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO E DE EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO. EXCLUSÃO DO VALOR MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO. PEDIDO PARA SUBSTITUIR PENA RESTRITIVA DE DIREITO POR OUTRA. IMPOSSIBILIDADE DE ESCOLHA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO PELO RÉU. PRUDENTE ARBÍTRIO DO MAGISTRADO. PRECEDENTES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.**

**2. RECURSO DE NATANAEL PRESTES MACIEL. PLEITO DE ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL PARA O CUMPRIMENTO DA PENA. PENA DE RECLUSÃO ABAIXO DE QUATRO ANOS. REGIME INICIAL SEMIABERTO. REINCIDÊNCIA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS DESFAVORÁVEIS. MAUS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA DO QUANTUM DE PENA FIXADO NA CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. PEDIDO DE EXCLUSÃO DO VALOR MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO E DE EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO. EXCLUSÃO DO VALOR MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.**

*1. A alegação de impossibilidade financeira não tem o condão de afastar a pena de multa, pois trata-se de sanção de aplicação cogente, cuja isenção viola o princípio constitucional da legalidade. Na ausência de previsão legal, restando comprovada a pobreza do condenado, a pena de multa pode ser fixada em seu patamar mínimo, mas não excluída.*

*2. Para que seja fixado na sentença valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, com base no art. 387, IV, do CPP, é necessário pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e a concessão de oportunidade de exercício do contraditório pelo réu. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.*

3. Não cabe ao réu escolher as penas substitutivas que melhor lhe aprouver, e sim ao Juiz da causa, que deverá eleger as penas (e as substituições) que reputar mais adequadas ao caso concreto, ponderando a gravidade do fato, as circunstâncias e as condições pessoais do acusado, além do caráter pedagógico da pena.

4. A fixação do regime inicial de cumprimento de pena, nos termos do artigo 33, § 3º, do Código Penal, deve atender aos critérios estabelecidos no artigo 59, em especial: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime."

Opostos Embargos de Declaração, pelo ora recorrente (fls. 723-727), estes foram rejeitados em decisão unânime (fls. 732/743).

Foi interposto, então, **recurso especial** (fls. 748/766), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, o qual não foi admitido em razão da aplicação do verbete acima mencionado e, como consequência, a presente irresignação, onde se sustenta a não incidência do referido óbice.

Nas razões que embasaram o apelo nobre, a Defesa sustentou que o aresto hostilizado violou os artigos 91, inciso I, do Código Penal e 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, ao afastar a obrigação de reparar os danos à vítima, uma vez que se trata de efeitos extrapenais da condenação.

No ponto, busca demonstrar que: "*[o]s d. Julgadores entenderam que o valor deveria ser debatido nos autos, de forma a possibilitar aos acusados o exercício da ampla defesa e do contraditório. Ora, há pedido expresso na denúncia oferecida pelo Ministério Público, ocasião em que o Promotor de Justiça requereu, desde logo, a condenação dos acusados na reparação dos danos causados à vítima, nos termos do artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, em caso de eventual sentença condenatória (fls. 168/169 da mídia digital em anexo).*" (fl. 762). Pleiteia, pois, o restabelecimento da fixação do valor mínimo a título de indenização.

O Ministério Público Federal opinou pelo **provimento** da

insurgência. (fls. 882/885).

É o relatório.

**Decido.**

Superada a questão relativa à admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Conforme relatado, busca o insurgente, em síntese, a reforma do acórdão recorrido, apontando, para tanto, contrariedade aos artigos 91, inciso I, do Código Penal, e 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, ao argumento de que a obrigação de reparar os danos foi devidamente requerida nos autos.

Sobre a **quaestio**, no que importa ao caso, assim fundamentou o e. Tribunal de origem, **in verbis** (fls. 700/708, destaquei):

*"No segundo ponto do recurso, de fato, em que pese a reforma introduzida pela Lei 11.719/2008, que tornou viável ao juiz estabelecer, na sentença condenatória, o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal, considerando-se os prejuízos sofridos pela vítima, conforme a redação do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, prevalece o entendimento segundo o qual **faz-se necessário possibilitar o contraditório, de modo que o acusado possa exercer seu direito à ampla defesa no processo**. No caso dos autos, a vítima mencionou o prejuízo aos 4min10s do depoimento em juízo (cf. gravação em mídia digital), relatando ter sofrido perda "em torno de R\$ 6.000,00 (seis) mil reais" (04min39s). A simples menção do prejuízo pela vítima não é suficiente para ensejar a declaração de valor mínimo para indenização na sentença condenatória.*

*[...]*

*Trata-se de posicionamento bem firmado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "**para que seja fixado na sentença valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, com base no art. 387, IV, do CPP, é necessário pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e a concessão de oportunidade de exercício do contraditório pelo réu**". Precedentes: REsp 1.248.490-RS, Quinta Turma, DJe 21/5/2012; e Resp 1.185.542-RS, Quinta Turma, DJe de 16/5/2011. REsp 1.193.083-RS, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 20/08/2013, DJe 27/8/2013.*

*Ademais, em julgados recentes, restou estabelecido que a regra do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 11.719/2008, que dispõe sobre a **fixação, na sentença condenatória, de valor mínimo para reparação civil dos danos causados ao ofendido, requer pedido expresso e formal, de modo a oportunizar o devido contraditório**. Nesse*

teor estão os seguintes arestos: AgRg no REsp 1387172/TO, julgado em 10/03/2015; AgRg no REsp 1497674/RS, julgado em 17/12/2015; HC 318.943/RJ, julgado em 06/08/2015, entre inúmeros outros.

[...]

Portanto, como **não houve pedido expresso nesse sentido, tampouco oportunizado ao réu o exercício do contraditório sobre este ponto, deve ser afastada a condenação ao pagamento de valor mínimo a título de reparação de danos, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.**

[...]

Quanto ao afastamento reparação pelos danos causados à vítima, no segundo ponto do recurso, de fato, em que pese a reforma introduzida pela Lei 11.719/2008, que tornou viável ao juiz estabelecer, na sentença condenatória, o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal, considerando-se os prejuízos sofridos pela vítima, conforme a redação do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, prevalece o entendimento segundo o qual **faz-se necessário possibilitar o contraditório, de modo que o acusado possa exercer seu direito à ampla defesa no processo.** No caso dos autos, a vítima mencionou o prejuízo aos 4min10s do depoimento em juízo (cf. gravação em mídia digital), relatando ter sofrido perda "em torno de R\$ 6.000,00 (seis) mil reais" (04min39s). A simples menção do prejuízo pela vítima não é suficiente para ensejar a declaração de valor mínimo para indenização na sentença condenatória.

[...]

Trata-se de posicionamento bem firmado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "para que seja fixado na sentença valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, com base no art. 387, IV, do CPP, é necessário pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e a concessão de oportunidade de exercício do contraditório pelo réu". Precedentes: REsp 1.248.490 - RS, Quinta Turma, DJe 21/5/2012; e Resp 1.185.542 -RS, Quinta Turma, DJe de 16/5/2011. REsp 1.193.083 -RS, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 20/08/2013, DJe 27/8/2013.

Ademais, **em julgados recentes, restou estabelecido que a regra do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 11.719/2008, que dispõe sobre a fixação, na sentença condenatória, de valor mínimo para reparação civil dos danos causados ao ofendido, requer pedido expresso e formal, de modo a oportunizar o devido contraditório.** Nesse teor estão os seguintes arestos: AgRg no REsp 1387172/TO, julgado em 10/03/2015; AgRg no REsp 1497674/RS, julgado em 17/12/2015; HC 318.943/RJ, julgado em 06/08/2015, entre inúmeros outros.

[...]

Portanto, como **não houve pedido expresso nesse sentido, tampouco oportunizado ao réu o exercício do contraditório sobre este ponto, deve ser afastada a condenação ao pagamento de valor mínimo a título de**

**reparação de danos, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.**

*Sendo assim, pela impossibilidade de alteração do regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade, e admitido o afastamento da determinação para a reparação de danos, o voto é para o provimento parcial do recurso."*

No que tange à fixação do valor a título de reparação civil, com base no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, a jurisprudência desta e. Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que deve haver **pedido expresso** do ofendido ou do Ministério Público e ser possibilitado o contraditório ao réu, sob pena de violação do princípio da ampla defesa.

Com efeito: *"Na linha da jurisprudência desta Corte, "a reparação de danos, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização. Precedentes."* (AgRg no REsp n. 1.813.825/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 25/06/2019). No mesmo sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CPP. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. ART. 147 DO CP. AMEAÇA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DE DANO SOFRIDO PELA VÍTIMA. NATUREZA JURÍDICA. CABIMENTO PARA DANOS MORAIS E MATERIAIS. PEDIDO EXPRESSO DO QUANTUM NA DENÚNCIA. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM RELATIVO À REPARAÇÃO DE DANO.**

*1. Para que seja fixado na sentença o início da reparação civil, com base no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, deve haver pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e ser possibilitado o contraditório ao réu, sob pena de violação do princípio da ampla defesa. 2. Adequada a fixação de valor mínimo de indenização à vítima, porque, in casu, o Ministério Público requereu a fixação desse quantum no momento do oferecimento da denúncia (art. 387, IV, do CPP).*

*[...]*

*5. Agravo regimental improvido"* (AgRg no REsp n. 1.670.246/MS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 24/08/2017).

**Pois bem.** Depreendo do trecho acima que a e. Corte de origem asseverou que **não** houve pedido expresso da acusação quanto à reparação dos danos à vítima para que o contraditório pudesse ser oportunizado aos agravados.

No entanto, a despeito das razões apresentadas pelo Colegiado Estadual, verifico, **in casu**, que **houve, sim, pedido expresso por parte do Ministério Público**, na denúncia. Confira-se, por oportuno, trecho da peça acusatória:

*"Ante o exposto, amparado no conjunto probatório elaborado pela autoridade policial, o Ministério Público do Paraná imputa a Diego Taffarel Martins de Oliveira e Natanael Prestes Maciel o delito previsto no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, c/c o artigo 14, inciso II, do Código Penal, bem como, desde já, requer-se a condenação dos acusados na reparação dos danos causados à vítima, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, no caso de eventual sentença condenatória." (fls. 167/168, destaquei).*

Com bem consignado pelo d. representante do Parquet Federal, em seu parecer: "[...] *há pedido expresso na denúncia oferecida pelo Ministério Público, ocasião em que o Promotor de Justiça requereu, desde logo, a condenação dos acusados na reparação dos danos causados à vítima, nos termos do artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, em caso de eventual sentença condenatória* (fls. 168/169 da mídia digital em anexo) — (fl. 762 e-STJ)" (fls. 883-884).

Assim, tendo em vista que o acórdão recorrido está em desconformidade com o entendimento adotado por esta eg. Corte Superior, deve incidir, à hipótese, a **Súmula 568 desta Corte de Justiça**, que dispõe "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante a respeito do tema*".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, c, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial**, a fim de restabelecer a reparação de danos à vítima, nos termos dispostos na sentença de fl. 540-561.

# *Superior Tribunal de Justiça*

P. e I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator